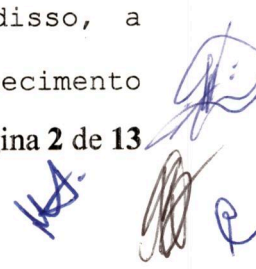


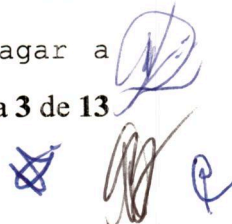
**ATA DA 170ª (CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DA AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO
DO AMAZONAS - REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018.**

DATA, HORA, LOCAL: aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 9 horas, no Auditório da Fundação AMAZONPREV, na sede da Instituição, situada na Av. Visconde de Porto Alegre, n°. 486, Centro, reuniu-se, em regime ORDINÁRIO, o Conselho Fiscal. **CONVOCAÇÃO:** os membros do Conselho Fiscal da Amazonprev compareceram atendendo à convocação realizada por meio do Correio Eletrônico. **PRESENCAS:** Sra. Ligia da Silva Barros, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nesta sessão, Sra. Martha Dutra Gadelha de Albuquerque, Membro Titular representante dos Servidores Ativos, Sr. Luiz Oswaldo Barbosa Evangelista, Membro Suplente representante dos Servidores Inativos e Pensionistas, além do Dr. Marcio Rys Meirelles de Miranda, Presidente da Amazonprev, Sra. Maria Adelaide Ribeiro Cruz, Diretora de Administração e Finanças, Sr. Leonardo Almeida de Siqueira Cavalcanti, Gerente da GERAF e Sra. Flaviana Zoumbelouns, Coordenadora da GERAF/CODAC. **AUSENTE:** Sr. Edson Theophilo Ramos Pará, Presidente do Conselho, em decorrência de sua exoneração do cargo de Secretário do Tesouro Estadual, em 25 de janeiro de 2017. **Secretário:** Adelson Maciel Dantas. **ORDEM DO DIA:** 1. Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Janeiro/2018; 2- Balancete de Janeiro/2018; 3- Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Fevereiro/2018; 4- Balancete de Fevereiro/2018; 5- Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Março/2018; 6- Balancete de Março/2018. Antes de iniciar a reunião, a Presidente do Conselho

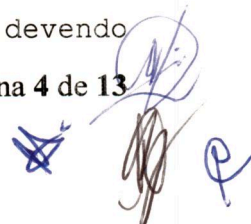
recebeu a Comissão formada pelos servidores **JORGE PIETRO RODRIGUES DE ARAUJO, ANDRE LUIS BENTES DE SOUZA e ALINE DE ALBUQUERQUE WRIGHT** (Agentes Previdenciários e Advogada, respectivamente), que solicitaram pauta para expor a situação do PCCR, iniciando o servidor Jorge Pietro que a Comissão reconhece o quanto o Presidente e a Diretora têm lutado arduamente para a implementação desse Plano de Cargos, mas os servidores já chegaram em um momento em que não podem mais passar despercebidos. Relatou que a história dos servidores começou em 2005, quando ingressaram na Instituição e desde então os servidores pleiteiam o Plano de Cargos, ressaltando que houve um Plano enquanto eram celetistas e quando mudou para Fundação, em 2011, ficou deliberado que haveria um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração. Afirmou que a Lei Complementar nº 30/01, alterada pela Lei Complementar n. 93/2011, trouxe a previsão em seu art. 60 para aprovar o Plano em até 90 (noventa) dias, o que venceu no mês de fevereiro de 2012. Explicou que foi feito um Plano, à época, assim como a reserva financeira para a sua implementação, mas sem êxito. Continuou informando que em 2013 foi remontada a Comissão, momento em que foi elaborado um novo Plano para atender as necessidades dos servidores. Esse Plano foi aprovado pela Diretoria em 2014, mas também não foi implementado por decisão do Governo, reconhecendo a Comissão de Servidores que apesar dos esforços da Presidência, os Governos nunca implementaram o PCCR da Fundação Amazonprev. Asseverou o servidor Jorge Pietro que desde 2014, todas as categorias do Estado têm tido êxito nos seus Planos de cargos e nos seus reajustes, continuando os servidores do Fundo Previdenciário sendo preteridos, não entendendo a razão disso, a despeito da performance técnica da Instituição que é do conhecimento



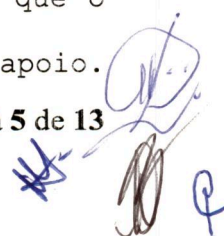
do Conselho Fiscal. Disse que em 2017 ou 2016, sem saber a informação exata, a rentabilidade no mercado financeiro foi quase o mesmo valor da contribuição recebida no ano, comparando que os recursos previdenciários foram da ordem de 365 milhões e a performance da rentabilidade foi de R\$ 270 milhões, sem ter certeza quanto aos valores. Enfatizou os prêmios recebidos pela Fundação Amazonprev - Prêmio de Qualidade, Certificação de Qualidade, Prêmio de Melhor Previdência do País na Categoria de Estado, mas o pleito dos servidores continua entravado, emperrado. Os servidores da Instituição, a despeito de serem concursados, efetivos ou não, são pessoas muito trabalhadoras, afirmando que os concursados têm mais de uma graduação, todos têm pós e alguns com outras titulações, maiores ainda, dizendo que nada disso é valorizado. Afirmou que os servidores estão em uma situação crítica de suas vidas, porque estão sem reajuste desde 2014, ano em que o Plano foi encaminhado pela última vez; que os servidores tinham fixado uma data em 2015 quanto à retroatividade financeira, para que a perda não fosse tão grave; que posteriormente o Governo, por meio da Consultoria Técnico Legislativa, alterou a data do retroativo para 2017 e por conta dessa alteração, foi dito (pelo Governo) que se os servidores abrissem mão do período compreendido entre 2015 e 2017, o Plano seria imediatamente aprovado. Os servidores fizeram uma manifestação, abrindo mão desse período e mesmo assim a publicação não ocorreu, informando que os servidores já perderam 2 anos dessa retroatividade e a situação está cada vez mais crítica, informando que os meios de transporte (particulares) estão sendo vendidos, com muitos servidores andando de ônibus; alguns servidores já estão entregando seus imóveis, porque não estão aguentando mais pagar a



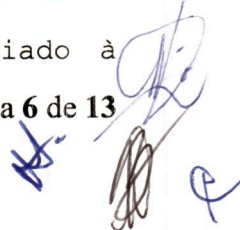
prestação, pois o salário não acompanha mais a inflação; enfatizando que outros entregarão (seus imóveis) se continuar dessa mesma maneira; os filhos dos servidores estão saindo das escolas particulares para ir para a escola pública, complementando que se hoje são servidores da Fundação Amazonprev, é porque seus pais proporcionaram uma educação de qualidade, mas que está chegando a um ponto que seus filhos terão que ir para escola pública. Informou o servidor que a situação é tão crítica que os servidores decidiram extrapolar as esferas administrativas da Instituição, procurando mobilização e visibilidade, a despeito das tratativas que o Presidente vem empreendendo, para somar esforços. Informou que a Comissão propôs algumas alternativas enquanto o Plano não é aprovado, citando a Gratificação de Atividade Técnica-GATA; o reajuste financeiro; a Gratificação de Produtividade, além da aprovação do próprio Plano de Cargos, concluindo que tanto o Plano de Cargos quanto à Gratificação de Produtividade e a data-base estão previstos na Lei Complementar nº 30/2001. Asseverou que buscam do Conselho Fiscal a sensibilização para a situação, informando que foram comprometidos com o trabalho até onde foi possível e ainda está sendo, mas não está dando mais para suportar a situação financeira que está sendo imposta, repetindo que não consegue entender porque as demais categorias conseguem as aprovações dos seus Planos de Cargos e para os servidores da Amazonprev sempre é utilizado o argumento do limite prudencial ou o período eleitoral. Informou que em 2017, quando o Governador era o Deputado David Almeida, o Presidente Márcio conseguiu que a PGE emitisse um parecer sobre o PCCR da Amazonprev, respondendo aquela especializada que poderia ser aplicado porque não havia vedação eleitoral, devendo



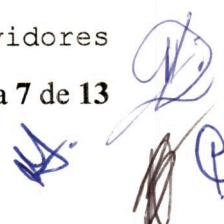
somente ser observado o limite prudencial, mas o Governador decidiu não fazer ao dizer que poderia opinar diferente da PGE e na época declinou. O Dr. Marcio fez um breve relato do PCCR, informando que o processo estava na Casa Civil e que na sexta-feira da semana retrasada era a data limite para poder não se enquadrar em conduta vedada, mas já complementando que está comprovado, inclusive com publicação recente da Advocacia Geral da União, que a aprovação de Plano de Cargos e Salários é reestruturação, ou seja, é exceção à conduta vedada - Lei n°. 9.504, informando haver uma coleção de decisões do TSE sobre a questão da aprovação do PCCR não se enquadrar como conduta vedada, inclusive um julgado seu, enquanto membro do Tribunal Regional Eleitoral, que por unanimidade, acompanhando o Parecer Ministerial, dizendo que não se tratava de conduta vedada. O servidor André Bentes disse que ontem o Governador havia enviado à Assembleia o reajuste da Polícia Militar, reforçando a servidora Aline Albuquerque que esse tipo de situação causa desânimo, porque a LRF parece ser aplicada somente à Amazonprev. O Presidente Marcio disse que havia três situações quando ele chegou na Instituição, momento que os servidores pediram apoio e adotou a causa por se tratar de uma questão de justiça. Informou que na sexta-feira da semana passada, o Plano da Amazonprev não foi mandado para a ALE, o que causou estranheza e decepção, porque como estava cuidando pessoalmente, a situação se mostrava favorável, dizendo que todos os acontecimentos do PCCR estão registrados e que de fato os servidores chegaram a registrar a renúncia do período até 2017, em reunião havida em outubro de 2016. Informou que na semana passada fez um trabalho de articulação para verificar como fazer para que o Governador analisasse essa situação, com mais pessoas dando apoio.



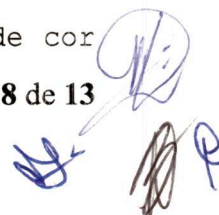
Esse trabalho foi feito, sendo concluído na semana passada, explicando que na última semana o Governador estava em viagem e nas últimas 3 semanas ele (o Governador) praticamente não foi à Sede do Governo, justificando a dificuldade de agendamento de reunião; que estava tratando com o Major Otavio esse agendamento durante a semana, informando as tratativas de articulação para fazer um grupo maior de apoio para falar ao Governador essa questão do PCCR. Afirmou que existiam três razões impeditivas, no início do ano passado: a questão orçamentária, a questão financeira, ambas satisfeitas, e a questão da conduta vedada, que se satisfez com o Parecer da PGE já mencionado. A única questão passaria a ser a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas enfatizando que no PCCR da Amazonprev está registrado que primeiro será aprovado para depois ser aplicado. Complementou que o Governador retornou de viagem e que o grupo de articulação ainda não falou com ele; que o seu articulador vai chamar a todos os interessados, em um momento oportuno, ainda essa semana, e propor ao Governador a reunião, para que seja explicada essa questão do PCCR, como mais uma tentativa de sensibilizar, mostrar e provar que não se trata mais de questão orçamentária, financeira ou conduta vedada. A Presidente da sessão perguntou se tivesse a participação de algum Deputado envolvido, ajudaria. O Dr. Marcio respondeu que a Comissão já esteve com o Deputado Dermilson Chagas e com o Vice-Governador. Explicou que conversou com o parlamentar, que é líder do Governo, que ligou para o Dr. Pacífico, tendo este último se comprometido a despachar com o Governador o assunto, em momento ainda anterior à conduta vedada. O servidor Jorge Pietro Pietro disse que quando a Comissão esteve na Casa Civil questionando a razão do PCCR não ter sido enviado à



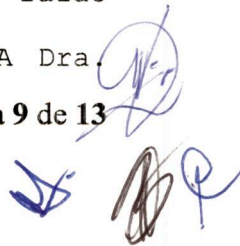
Assamblea, informaram que estavam enviando somente os processos que estavam sendo solicitados, entendendo a Comissão que não era uma questão técnica, mas de influência; que a SEFAZ deu parecer desfavorável à aprovação dos Planos porque iria infringir a questão do limite prudencial, embora, por mais que existissem outros Planos, todos os outros servidores já têm Planos, a contrário dos servidores da Amazonprev; que os servidores (de outros órgãos) estão pleiteando melhorias em seus Planos de Cargos, enquanto a Amazonprev ainda não tem o seu; que o impacto do PCCR da Amazonprev é de R\$ 300 mil/mês, enquanto que o impacto estimado da SEDUC é de aproximadamente R\$ 9 milhões, mesmo patamar das outras categorias, como Polícia Civil e SUSAM; que financeiramente não há qualquer ônus para o Governo, pois todo esse impacto financeiro é dentro da taxa de administração, assim como valores retroativos. O servidor complementou informando à Presidente da sessão que os servidores respondem com os seus patrimônios perante o Tribunal de Contas do Estado por cuidarem do patrimônio público, que já chega a R\$ 4 bilhões de patrimônio, valor este incompatível com a situação vivida pelos servidores. Lembrou o Agente Previdenciário que, talvez no ano de 2017, a meta atuarial era 12% e foi atingido 18% de performance, mas que o Governo não leva em consideração as qualidades técnicas do corpo funcional, complementando o servidor André Bentes a manutenção do CRP. Jorge Pietro disse que existem várias famílias, como a dele, que a esposa não trabalha para poder cuidar dos filhos menores, sendo o salário do servidor o único a sustentar a casa. A Presidente em exercício sugeriu que quando do encontro com o Governador, a Comissão poderia falar mais das Qualificações, dos Prêmios, das Certificações, que tudo isso envolve trabalho, pois no seu entendimento, os servidores



da Amazonprev são uma elite dentro do serviço público, rebatendo o servidor Jorge Pietro que os servidores estão desacreditados, pois isso vem sendo falado há anos, sem efeito. A Presidente do Conselho entende da necessidade de se reiterar as qualidades técnicas no discurso da Comissão e que quando da visita com o Governador, o Conselho Fiscal estará presente para apoio à causa. A Dra. Adelaide informou aos membros do COFIS que no dia 6 de abril, o Conselho de Administração encaminhou correspondência à Casa Civil sobre o PCCR, sem que houvesse surtido efeito. Sugeriu que o próximo passo do Conselho Fiscal seria se unir ao Conselho de Administração e partir para uma atitude concreta. A Dra. Aline Albuquerque disse ser necessário esse apoio, pois os servidores não tinham Sindicato, que de uma forma ou de outra, faz pressão junto ao Governo, lembrando que na época em que eram celetistas, existia um Sindicato, desfeito depois que virou Fundação; que a questão é eminentemente política; que as questões de qualidade, de defasagem já foram levadas ao Governo; que foram encaminhados à ALE outros Planos de órgãos que já possuem; que a resposta da Casa Civil foi a LRF, que a SEFAZ endossou. O servidor Jorge Pietro disse que quando teve a oportunidade de falar com o então Governador David Almeida, disse que o Governo sempre usa, quando a lei está a desfavor, a questão técnica, que é por causa da LRF que o Plano não sai; e que quando está tudo a favor, como foi na gestão dele, aí é questão política. A Dra. Aline disse que os servidores não querem chegar a parar suas atividades, que os servidores estão trabalhando no limite. O Jorge Pietro lembrou que é por isso que cansou de falar das conquistas, pois não surtem efeito algum, porque o Gestor olha e entende que a Instituição está funcionando; afirmou que os servidores sabem de cor



suas conquistas, citando o fato do único CRP administrativo do país é o da Amazonprev (todos os outros Estados já ingressaram judicialmente para conseguirem seus CRPs), bi certificação em qualidade, em prêmio de melhor gestor de previdência; acredita que, em apenas um ano, não foi atingida a meta atuarial, pois foi um ano muito difícil; que os Processos cada vez mais estão com fluxos reduzidos, os servidores estão trabalhando em menor intervalo de tempo para conceder um benefício e por isso cansaram de falar. O Presidente Marcio disse que esse retrospecto já foi feito na Amazonprev; que a última manifestação que foi elaborada foi pontuando tudo isso que foi falado e que de forma incansável, de tanto acompanhar a evolução desse PCCR, ele já abre discussão e pauta com segurança de todo esses históricos; que já tratou com o Governador, com o Dr. Pacífico, que vai à Casa Civil 2 ou 3 vezes na semana mais frequentemente para conversar sobre o assunto e o Dr. Pacífico é favorável ao PCCR; que tudo isso já foi colocado no papel, inclusive a manifestação do Dr. Wander, Presidente do Conselho de Administração, foi reiterando essas manifestações anteriores à da Amazonprev, porque a Amazonprev compartilha essas informações. Lamentou o Presidente a falta de aprovação, mas lembrou do trabalho que foi feito nas últimas 2 semanas, acreditando que a reunião pode ocorrer a qualquer momento; que já existe um outro encadernado que foi feito levantando toda essa situação, que desde 2002 o TSE tem o entendimento de que a aprovação de PCCR não se enquadra em conduta vedada; que existe esse encadernado com decisões até 2018, para poder levar à reunião que haverá com o Governador e convencê-lo que não se enquadra em conduta vedada e que não há razão para que a mensagem do Governador não seja enviada à ALE. A Dra.

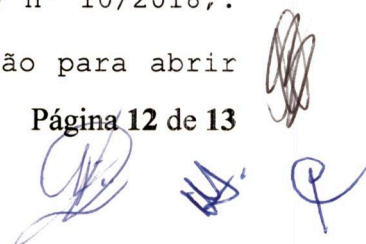


Aline quis deixar consignado que se permanecer a dificuldade para aprovação do Plano, seja dado algo paralela e alternativamente: reajuste, Abono, Gratificação de Produtividade, Gratificação de Atividade Técnica, de modo a sanar questão remuneratória momentânea, porque a situação está muito difícil e nunca os servidores da Amazonprev fizeram tantos empréstimos dentro da Instituição; que a desmotivação impera e não dá mais para continuar. O servidor André Bentes registrou que o sentimento é de decepção, pois todos os servidores de outros órgãos conseguem, menos os da Amazonprev. O Agente Pietro disse que todos já estão nos seus limites, em informação complementada pela Dra. Aline, quando informou que na Gerência Jurídica tem 4 servidores afastados, de licença, e que em breve terão outros afastamentos, por doença, depressão. O Diretor-Presidente disse que foi tratado com a Dra. Adelaide o auxílio alimentação; que se trata de uma liberalidade do Presidente, lembrando a Dra. Adelaide que é uma questão indenizatória e que não influencia na Lei de Responsabilidade Fiscal. O Presidente disse que teve que pedir autorização por escrito do Governador para conseguir a autorização, que foi obtida em janeiro de 2018, para a concessão do auxílio no valor de R\$ 600,00; que quando chegou na SEAD, aquela Secretaria solicitou a cópia do processo com a autorização do Governador, embora a portaria estivesse publicada. A Dra. Ligia questionou se esses outros pedidos dos servidores não poderiam ser encaminhados, tendo o Presidente respondido que dependeria do Governador para a edição de decreto. Dra. Ligia entende que há a necessidade de cooptar a pessoa certa para a causa do PCCR, informando o Presidente que crê que o trabalho de cooptar foi feito nas duas semanas - retrasada e passada e que esse trabalho já está

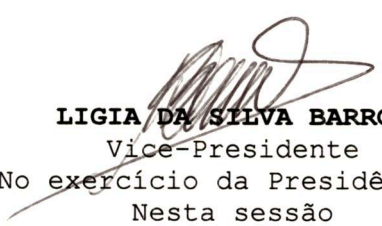


montado. A Dra. Martha disse que o processo dos servidores da Educação teve sucesso porque foi a base contrária que apoiou e que conseguiu a aprovação. A Dra. Ligia disse que houve uma movimentação de uma massa representativa, assim como saúde e segurança. A Dra. Adelaide disse que apesar da pouca massa, o risco do movimento da Fundação Amazonprev é elevado, que pode atingir os segurados. O servidor Jorge Pietro agradeceu o trabalho incansável do Presidente e da Diretora, reconhecendo os esforços para a aprovação do Plano de Cargos, agradecendo ainda ao Conselho Fiscal pela oportunidade de expor a real situação dos servidores. **DELIBERAÇÕES:** Todos os assuntos foram conduzidos pela Presidente da Sessão, devidamente complementados, quando solicitado, pelo Presidente da Amazonprev, que, depois de discutidos amplamente com todos os presentes, tiveram as seguintes deliberações: **1. Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Janeiro/2018; A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer Prévio do Conselho Fiscal da AMAZONPREV nº 05/2018, com a seguinte observação: A) **REGISTRAR** a dúvida da Sra. Ligia Barros, que fez um questionamento sobre o valor de R\$ 353 mil de salários a receber. Dra. Adelaide explicou que são processos de segurados que falecem e os valores foram pagos após o óbito e que as pessoas são chamadas para negociar a devolução. É aberto o processo de cada um, assina o termo de acordo para pagamento parcelado. Explicou que todos os meses são identificados esses valores em virtude de acordos não honrados, novos falecimentos e que o recadastramento tem essa finalidade de evitar os pagamentos indevidos. Que na identificação dos óbitos pelos cartórios muitas situações são pegadas, mas que tudo isso depende de sistema, de cruzamento de dados e que até a conclusão leva até uns três meses.

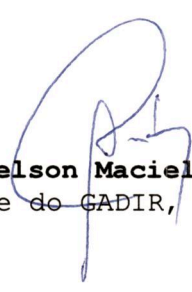
Explicou que está sendo melhorado o procedimento de pagamento daqueles que ficam fora da folha por falta de recadastramento, pois hoje é gerado uma folha especial e a intenção é restabelecer o benefício tão logo ocorra o recadastramento. O Diretor-Presidente informou que depende de liberação da PRODAM para o processamento das folhas especial e que a Amazonprev não tem autorização para pagamento imediato. A Dra. Ligia perguntou se tem o PROPAC, respondendo a Dra. Adelaide que sim, para os casos especiais e que o beneficiário deve solicitar o serviço e que inclusive a Amazonprev já fez esse serviço fora do Estado; B) REGISTRAR a dúvida da Dra. Ligia Barros, que identificou uma diferença de pessoal de janeiro para fevereiro, entendendo que o número diminuiu muito. O Sr. Leonardo explicou que essa diferença foi em decorrência dos segurados retirados de folha por falta de recadastramento, tendo a Dra. Ligia solicitado para incluir nota explicativa; **2- Balancete de Janeiro/2018; A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer Prévio do Conselho Fiscal da AMAZONPREV nº 006/2018; **3- Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Fevereiro/2018; A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer Prévio do Conselho Fiscal da AMAZONPREV nº 007/2018; **4- Balancete de Fevereiro/2018; A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer Prévio do Conselho Fiscal da AMAZONPREV nº 008/2018; **5- Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Março/2018; A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer Prévio do Conselho Fiscal da AMAZONPREV nº 009/2018; **6- Balancete de Março/2018; A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer Prévio do Conselho Fiscal da AMAZONPREV nº 10/2018;. Antes do encerramento, a Dra. Martha apresentou sugestão para abrir



ao Conselho Fiscal o acesso ao AFI para facilitar o entendimento das contas, pois daria mais suporte para análise dos balancetes. Dra. Adelaide informou que o AFI é administrado pela SEFAZ e vai fazer consulta à Conselheira Conceição, por se tratar de acesso à outra Unidade Gestora. **ENCERRAMENTO:** Após os esclarecimentos aos presentes, nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, da qual eu, Adelson Maciel Dantas, participei na qualidade de Secretário, redigindo a presente Ata que assino com os senhores Conselheiros abaixo nominados.



LIGIA DA SILVA BARROS
Vice-Presidente
No exercício da Presidência,
Nesta sessão



Adelson Maciel Dantas
Gerente do GADIR, em exercício



MARTHA DUTRA GADELHA DE ALBUQUERQUE
Membro Titular



LUIZ OSWALDO BARBOSA EVANGELISTA
Membro Suplente